



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

ANA CAROLINA DE PAULA MOURA
LETÍCIA SANTOS DE SOUZA QUEIROZ

**MEDIAÇÃO DOCENTE E ADAPTAÇÃO CURRICULAR: O DESENHO
UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO EIXO
ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Eunápolis - Bahia
2026



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

ANA CAROLINA DE PAULA MOURA
LETÍCIA SANTOS DE SOUZA QUEIROZ

**MEDIAÇÃO DOCENTE E ADAPTAÇÃO CURRICULAR: O DESENHO
UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO EIXO
ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial avaliativo para a
conclusão do curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade do Espírito Santo.

Orientador(a): Prof^ª Ma. Rosangela Cardoso
Silva de Oliveira



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

MEDIAÇÃO DOCENTE E ADAPTAÇÃO CURRICULAR: O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO EIXO ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Carolina de Paula Moura
Faculdade Espírito Santo - FAES
leticiapedagoga2026@gmail.com

Letícia Santos de Souza Queiroz
Faculdade Espírito Santo - FAES
leticiapedagoga2026@gmail.com

Orientador(a): Prof^a Ma. Rosângela Cardoso Silva de Oliveira
Faculdade Espírito Santo - FAES
rosangela.oliveira@soufaes.com.br

RESUMO

Este estudo analisa a importância das estratégias pedagógicas inclusivas no cotidiano da Educação Infantil, focando no desenvolvimento integral de crianças público-alvo da Educação Especial. Parte-se do entendimento de que a inclusão escolar supera o simples acesso à instituição, consolidando-se na garantia de participação efetiva, aprendizagem significativa e no respeito às singularidades de cada estudante. O objetivo geral foi compreender como práticas fundamentadas na mediação docente e na adaptação curricular podem favorecer o desenvolvimento e a inclusão escolar desses sujeitos. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com percurso bibliográfico e descritivo, analisando produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2025 que abordam a temática da educação inclusiva. A análise dos resultados aponta que estratégias como a aprendizagem cooperativa, a valorização da ludicidade, o uso de tecnologias assistivas, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) são fundamentais para romper barreiras pedagógicas. Contudo, a efetividade de tais recursos está condicionada à formação docente contínua, ao trabalho colaborativo entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à disponibilidade de recursos adequados e à construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. Conclui-se que a Educação Infantil, devido à sua flexibilidade curricular e centralidade nas interações, apresenta um potencial estratégico para a consolidação de um modelo inclusivo, desde que haja compromisso coletivo com práticas pedagógicas equitativas, intencionais e transformadoras.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação infantil. Estratégias pedagógicas. Mediação docente. Educação especial.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

ABSTRACT

This study analyzes the importance of inclusive pedagogical strategies in the daily routine of Early Childhood Education, focusing on the integral development of children who are the target audience for Special Education. The premise is that school inclusion transcends mere access to the institution, consolidating itself through the guarantee of effective participation, meaningful learning, and respect for the unique characteristics of each student. The general objective was to understand how practices based on teacher mediation and curricular adaptation can foster the development and school inclusion of these subjects. The methodology adopted was qualitative, with a bibliographic and descriptive approach, analyzing academic productions published between 2020 and 2025 that address the theme of inclusive education. The analysis of the results shows that strategies such as cooperative learning, the valuation of playfulness, the use of assistive technologies, Augmentative and Alternative Communication (AAC), and the principles of Universal Design for Learning (UDL) are fundamental for breaking down pedagogical barriers. However, the effectiveness of these resources is conditioned upon continuous teacher training, collaborative work between general education teachers and Special Education professionals (AEE), the availability of adequate resources, and the construction of a school culture that values diversity. It is concluded that Early Childhood Education, due to its curricular flexibility and centrality in human interactions, presents a strategic potential for the consolidation of an inclusive model, provided there is a collective commitment to equitable, intentional, and transformative pedagogical practices.

Keywords: Inclusive education. Early childhood education. Pedagogical strategies. Teacher mediation. Special education.

1 INTRODUÇÃO

A infância é um período marcado por descobertas, encantamento e intensa construção de saberes, sendo a etapa em que a criança estabelece as bases fundamentais para a sua identidade e sociabilidade. Nesse processo, a escola assume um papel basilar, constituindo-se como um espaço de convivência, diálogo e respeito à diversidade. Ao tratar da educação inclusiva na Educação Infantil, é imprescindível reconhecer que a inclusão não se esgota no ato de matricular a criança no ensino regular; conforme pontua Mantoan (2015), incluir significa garantir a cada estudante o direito de participar, aprender e progredir em seu percurso educacional, assegurando condições concretas para o respeito às singularidades.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

No cenário brasileiro, a legislação consolidou importantes marcos para essa perspectiva. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito universal, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orientam a organização de sistemas educacionais inclusivos. Todavia, como adverte Kassar (2011), a existência do arcabouço legal não assegura, por si só, a efetividade dos direitos educacionais, exigindo uma transformação profunda nas práticas sociais e pedagógicas que estruturam o cotidiano escolar.

É neste contexto que a Educação Infantil se revela um campo estratégico. Sendo o espaço onde ocorrem as primeiras experiências coletivas fora do núcleo familiar, a escola, desde a primeira infância, possui o potencial de promover a solidariedade, o acolhimento e a equidade. No entanto, a implementação de uma educação inclusiva eficaz demanda uma atuação docente sensível, intencional e comprometida, capaz de mediar as interações, organizar ambientes acessíveis e desenvolver estratégias que contemplem as diferentes necessidades presentes em sala de aula.

Diante desse contexto, este trabalho teve como propósito analisar de que maneira a mediação docente, alicerçada em processos intencionais de adaptação curricular, pode garantir a participação efetiva de crianças público-alvo da Educação Especial. O problema central que move esta investigação é: como a transição de um modelo de adaptações curriculares paliativas para uma perspectiva de planejamento universal pode promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dessas crianças na Educação Infantil? A justificativa desta pesquisa reside na urgência de romper com a visão de que a adaptação é uma tarefa isolada, defendendo que o currículo, na Educação Infantil, deve ser um organismo flexível, capaz de absorver a diversidade como princípio formativo e não como exceção ao plano de ensino.

A justificativa deste estudo reside na centralidade da Educação Infantil para o desenvolvimento humano e na urgência de se superar a garantia formal de matrícula em prol de práticas pedagógicas que assegurem a participação ativa e a aprendizagem significativa. Investigar o papel das estratégias inclusivas, como a adaptação de materiais, a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), torna-



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

se relevante não apenas para a academia, mas para a qualificação direta da prática docente, contribuindo para a redução de barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Inicialmente, esta introdução apresenta o tema e os objetivos. O desenvolvimento fundamenta-se teoricamente na evolução da Educação Especial, nas estratégias pedagógicas e no papel do educador. Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico de natureza qualitativa e bibliográfica. Por fim, são expostos os resultados, seguidos pelas considerações finais que sintetizam a contribuição desta pesquisa para o campo da educação inclusiva.

2 DESENVOLVIMENTO

A análise da educação inclusiva aqui proposta não se restringe à descrição de marcos legais, mas propõe um mergulho crítico nas tensões que definem o cotidiano das instituições de Educação Infantil. Compreender a inclusão exige, antes de tudo, desconstruir a lógica que, por décadas, tratou a deficiência como um desvio a ser corrigido ou integrado, para abraçá-la como uma condição da diversidade humana que desafia a arquitetura pedagógica tradicional. Assim, o desenvolvimento deste trabalho articula a evolução histórica dos paradigmas educacionais com a práxis contemporânea, demonstrando que a inclusão não é um destino final, mas uma prática ininterrupta de resistência contra as barreiras que ainda limitam o direito à participação plena.

Neste percurso, não se busca o conforto de uma teoria abstrata, mas a sustentação de uma mediação docente que seja, por definição, política e investigativa. Ao explorar as estratégias e as adaptações curriculares, este capítulo convida à reflexão sobre como o professor, ao transitar entre a teoria e a sala de aula, pode converter o planejamento em um instrumento de emancipação. A seguir, delineamos as bases desta transformação, situando a Educação Infantil como o terreno privilegiado onde a escola, se intencionalmente preparada, deixa de ser apenas um espaço de ocupação para se tornar, efetivamente, um espaço de pertencimento e construção de saberes partilhados.

2.1 Educação Especial e sua evolução: da invisibilidade à construção da equidade



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

A compreensão da Educação Especial no Brasil contemporâneo exige o reconhecimento de que essa modalidade não é um apêndice do sistema escolar, mas o campo que tensiona e redefine a própria essência da prática pedagógica. Ao analisar a trajetória da Educação Especial sob a ótica de Jannuzzi (2006) e Mazzotta (2005), percebemos que as mudanças de paradigma não foram meras alterações legais, mas reflexos das formas como a sociedade passou a (re)conhecer a alteridade. O paradigma da exclusão, que historicamente isolou o sujeito com deficiência, cedeu lugar a um modelo de segregação que, embora reconhecesse a educabilidade, reforçava o estigma da "anormalidade" através de instituições apartadas (JANNUZZI, 2006).

A transição para o modelo de integração, contudo, revelou-se insuficiente. Como aponta Mantoan (2015), o paradigma integrador transferiu para o aluno a responsabilidade pelo sucesso escolar, exigindo que o indivíduo se "ajustasse" a uma escola que não se modificava. Essa herança integracionista ainda ressoa no cotidiano escolar contemporâneo, conforme observam Martins et al. (2025), que alertam para a persistência de práticas que, embora tragam o aluno para a sala de aula comum, mantêm-no à margem do currículo por meio de adaptações superficiais ou isolamento pedagógico.

A virada epistemológica consolidada pelo paradigma da inclusão, sustentada pelo modelo social da deficiência (SASSAKI, 2006), desloca o foco do indivíduo para as barreiras. Este entendimento, chancelado internacionalmente pela Convenção da ONU (2006) e incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, exige que o sistema educacional se reorganize. Como argumentam Mendonça, Mendonça e Baumer (2025), a existência de leis não garante, por si só, a equidade; é a transformação cultural da escola que impõe a remoção das barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais.

Na Educação Infantil, a responsabilidade pedagógica torna-se ainda mais aguda. Reis et al. (2024) argumentam que as crenças e experiências dos professores, quando alinhadas a um olhar sensível, podem converter a sala de aula em um ambiente de emancipação neurodivergente. Assim, a Educação Infantil não deve ser vista como uma etapa preparatória, mas como o terreno privilegiado para a consolidação da equidade. Como reforçam Reis e Coutinho (2025), a prática docente, ao abandonar a postura de "ajustador" do aluno e assumir



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

a de mediador de aprendizagens significativas, cumpre o papel constitucional de transformar a diferença em um princípio estruturante do desenvolvimento humano.

2.2 Estratégias pedagógicas e o planejamento inclusivo: para além da adaptação

A adaptação curricular, quando interpretada sob uma ótica inclusiva, deixa de ser um 'remendo' pedagógico para se tornar um exercício de criação didática. É um erro histórico considerar que adaptar o currículo signifique reduzir conteúdos ou simplificar objetivos de forma arbitrária; na verdade, adaptar é, acima de tudo, diversificar as rotas de acesso ao conhecimento. A adaptação curricular eficiente pressupõe, como propõe Mantoan (2015), que o professor reconheça as barreiras impostas pelo próprio projeto pedagógico da escola. Portanto, o professor que adapta o currículo de forma ética não está apenas fazendo um 'favor' ao aluno, mas está reconstruindo a própria arquitetura do ensino para que esta comporte, em sua estrutura, a singularidade de cada criança.

A materialização da educação inclusiva na Educação Infantil demanda uma superação da visão de "ajuste" em favor de um planejamento intencional. Conforme defende Mantoan (2015), a inclusão não se reduz à inserção, mas impõe uma reestruturação radical das práticas pedagógicas, onde a flexibilização curricular deixa de ser uma exceção para se tornar a norma. Nesse sentido, a aprendizagem cooperativa surge não apenas como método, mas como estratégia de interdependência, onde, como argumentam Martins et al. (2025), o trabalho em rodas de conversa e cantos temáticos possibilita que a diversidade de habilidades se converta em um motor para a colaboração mútua entre as crianças.

O protagonismo docente nesta etapa encontra amparo técnico na distinção precisa entre adaptações de acesso e adaptações curriculares, conforme sistematizado por Bersch (2017). Enquanto as adaptações de acesso garantem a participação por meio de tecnologias assistivas, as adaptações curriculares modificam os objetivos e as formas de expressão do conhecimento. Complementarmente, o uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é apontado por Nunes (2010) como um direito comunicativo que deve ser introduzido precocemente, integrando-se ao cotidiano escolar para conferir autonomia aos estudantes com dificuldades na comunicação oral.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

No entanto, é preciso reconhecer que, na rotina da Educação Infantil, a transposição dessa teoria para o planejamento docente é atravessada por uma tensão real entre o ideal inclusivo e a precariedade das condições de trabalho. Muitas vezes, o professor se vê preso a um "fazer pedagógico" burocratizado que ignora a subjetividade da criança, transformando a adaptação em uma tarefa isolada e solitária. É aqui que o DUA se revela como uma ferramenta política de organização do trabalho, pois, conforme Zerbato e Mendes (2021), ao prever múltiplas formas de engajamento, o docente deixa de ser um "bombeiro" que apaga incêndios de aprendizagem, passando a ser um arquiteto de ambientes acessíveis.

Portanto, a prática docente inclusiva exige um exercício constante de renúncia ao controle absoluto do currículo, em nome de um acolhimento à imprevisibilidade que a infância e, mais ainda, a diversidade, naturalmente impõe. Quando o educador, apoiado por Reis et al. (2024), entende que o brincar intencional e o uso de suportes sensoriais não são atividades "extras", mas a própria essência da didática inclusiva, ele desloca a deficiência do centro do problema. O sucesso da estratégia não reside na sofisticação tecnológica, mas na capacidade do docente de ler a singularidade de cada criança e tecer, na trama do cotidiano escolar, um projeto pedagógico que seja, de fato, um direito inalienável de todos.

2.3 O papel do educador como mediador na educação inclusiva: a docência como prática investigativa

O educador na educação inclusiva abandona a posição confortável de transmissor de saber para assumir o papel de mediador cultural e investigador de sua própria prática. Essa reconfiguração profissional, longe de ser apenas uma escolha metodológica, é uma exigência ética imposta pela diversidade. Conforme discutido por Minetto (2008), as ideias inclusivas provocam uma instabilidade necessária no docente; o professor precisa desaprender o padrão de "aluno ideal" para conseguir enxergar as múltiplas linguagens e singularidades que emergem no cotidiano da Educação Infantil. Não se trata de uma tarefa que se esgota na formação inicial, mas de um processo contínuo em que a prática, como defende Freire (2005), constrói-se na convivência e na troca, exigindo do educador um compromisso inegociável com a equidade.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

Neste cenário, a mediação é a arquitetura que permite a aprendizagem significativa. Oliveira, Araújo e Silva (2020) destacam que o professor deve atuar como organizador de situações em que o ambiente, o tempo e o material convergem para a participação plena. Contudo, essa intencionalidade esbarra na lacuna histórica entre a teoria acadêmica e a realidade das redes de ensino. Como alertam Mendonça, Mendonça e Baumer (2025), a formação docente continua sendo o "elo fraco" de muitas políticas públicas, por vezes focada em modelos pontuais e tecnicistas que não preparam o professor para as complexas demandas de mediação de conflitos, empatia e adaptação curricular que a sala de aula exige.

É imperativo, portanto, que a docência na Educação Infantil seja ressignificada como uma prática de investigação permanente. O professor inclusivo não é aquele que detém o dom da intuição pedagógica, mas aquele que, em parceria com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estabelece o planejamento colaborativo como norma, e não como exceção. Guimarães e Sardagna (2024) evidenciam que a fragilidade na interlocução entre a sala comum e o AEE é um dos maiores obstáculos à inclusão; quando essa comunicação falha, o professor de sala comum sente-se desamparado e a criança, por consequência, desassistida. A superação desse isolamento pedagógico requer a construção de redes de apoio efetivas, onde o planejamento coletivo sustenta a prática individual.

Ao assumir esse papel, o educador torna-se o principal agente de transformação da cultura escolar. Sua autoridade não advém da norma imposta, mas da capacidade de mobilizar reflexões e construir, junto à comunidade escolar e às famílias, um projeto pedagógico que não apenas aceite a diferença, mas a compreenda como elemento constitutivo do desenvolvimento humano. Como bem articula Rogers (1971), a aprendizagem significativa depende da relação empática, e é nessa troca genuína que o professor encontra as pistas para adaptar suas intervenções. Ser, portanto, um educador inclusivo é sustentar a tensão entre o desafio posto e a possibilidade de ensinar todos; é converter cada barreira encontrada em um objeto de estudo, e cada sucesso de participação em um indicativo de que a escola, quando se torna plural, é o único espaço capaz de educar a humanidade na sua totalidade.

2.4 O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como ferramenta de emancipação: potencialidades e desafios



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) surge como proposta estratégica para a crise do modelo de adaptação curricular tradicional. Enquanto a adaptação convencional é, por essência, reativa, ocorre após a barreira ter sido encontrada, o DUA opera uma adaptação curricular antecipatória. Ao desenhar o plano de aula já prevendo múltiplas formas de engajamento e representação, o professor não precisa mais segregar o aluno para realizar uma atividade 'especial'; ele flexibiliza o currículo em sua base. Bettio, Miranda e Schmidt (2021) corroboram que, na Educação Infantil, o DUA é a forma mais eficaz de adaptação curricular, pois permite que o professor transforme o ambiente físico e as interações em recursos acessíveis a todos, garantindo que a aprendizagem significativa não seja um privilégio de poucos, mas a norma para o grupo

A operacionalização dessa estratégia no cotidiano escolar exige que o professor exerça sua autoria e atue como um arquiteto de ambiências pedagógicas equitativas. Zerbato e Mendes (2023) destacam que o DUA se sustenta em três princípios fundamentais: o engajamento (o "porquê" do aprendizado), a representação (o "o quê" da informação) e a ação e expressão (o "como" do aprendizado). Na prática diária da Educação Infantil, isso significa que o docente deve oferecer múltiplas opções para despertar o interesse da criança, seja por meio do afeto, de cantos lúdicos ou de rotinas visuais; apresentar a informação através de variados canais (narrativas orais, recursos táteis, materiais visuais); e, sobretudo, permitir que as crianças demonstrem o que aprenderam de maneiras diversas. Para uma criança neurodivergente ou com deficiência física, por exemplo, recontar uma história pode ocorrer por meio da fala, de um desenho, do apontamento em uma prancha de comunicação ou da dramatização.

Contudo, a transposição dessa ferramenta para o "chão da escola" enfrenta desafios expressivos que exigem profunda reflexão crítica por parte das redes de ensino. A principal barreira para a implementação do DUA não é de ordem estrutural ou tecnológica, mas atitudinal e formativa. Adotar essa perspectiva exige do professor um desprendimento de sua zona de conforto e o abandono da ilusão da "turma homogênea". A necessidade de um planejamento colaborativo mais robusto, aliado à crônica carência de tempo destinado à formação em serviço nas escolas públicas e privadas, costuma gerar resistências iniciais (ZERBATO; MENDES, 2023). Quando o educador não possui amparo da gestão para refletir



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

sobre sua prática, o DUA corre o risco de ser mal compreendido como "mais trabalho", quando, na verdade, sua lógica é exatamente o oposto.

As potencialidades dessa ferramenta, no entanto, superam largamente os percalços de sua implementação. Lima e Gianfaldoni (2024), ao analisarem as práticas inclusivas sob a ótica comportamental e estrutural, evidenciam que o planejamento prévio e universal otimiza o tempo docente a médio prazo, pois diminui drasticamente a necessidade de intervenções remediativas e contenções de crise. Fundamentalmente, o DUA consagra a Educação Infantil como um espaço de justiça social. Ao remover as barreiras antes mesmo que a criança precise enfrentá-las, o educador transforma a diferença em uma característica intrínseca ao currículo, garantindo que o direito à aprendizagem plena e irrestrita seja uma realidade tangível para todos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, estruturado através de uma revisão bibliográfica sistemática e descritiva. A escolha por este delineamento justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos educacionais complexos, como a inclusão escolar, para além de métricas quantitativas, focando nos significados, nas subjetividades da prática docente e nas nuances das estratégias pedagógicas. A fim de conferir transparência e rigor ao processo de construção do conhecimento, a organização do percurso metodológico é apresentada no Quadro 1, que sistematiza as etapas fundamentais da investigação.

Conforme sintetizado no Quadro 1, o percurso metodológico foi desenhado para assegurar a convergência entre os referenciais teóricos selecionados e a questão de pesquisa formulada. O procedimento de coleta de dados utilizou descritores como "Educação Infantil", "Estratégias Pedagógicas Inclusivas" e "Desenho Universal para a Aprendizagem", garantindo que a análise dos resultados, apresentada nas seções subsequentes, não fosse fruto de uma seleção aleatória, mas sim uma inferência rigorosa extraída de um *corpus* documental atualizado. Dessa forma, os critérios de inclusão e exclusão garantem a reprodutibilidade e a robustez científica deste estudo.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

Quadro 1 – Síntese do Percurso Metodológico

Etapa da Pesquisa	Procedimento Adotado	Objetivo da Etapa
Abordagem	Qualitativa	Compreender significados e subjetividades da prática inclusiva.
Natureza	Bibliográfica e Descritiva	Mapear o estado da arte sobre estratégias pedagógicas.
Recorte Temporal	2020 – 2025	Priorizar o debate contemporâneo e pós-pandêmico.
Bases de Dados	<i>Google Acadêmico</i> e Repositórios	Garantir abrangência e respaldo científico à busca.
Instrumento de Análise	Análise de Conteúdo Temática	Identificar e codificar unidades de sentido sobre o DUA e a mediação docente.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Para além da seleção técnica, o tratamento dos dados pautou-se na técnica de Análise de Conteúdo Temática, operando sob uma lógica de hermenêutica crítica. Esse procedimento permitiu que as informações extraídas dos textos originais fossem reorganizadas em categorias analíticas, como "barreiras atitudinais", "planejamento universal" e "formação docente", facilitando a triangulação entre o que a legislação prescreve, o que a teoria sustenta e o que a realidade das escolas, retratada pelos autores, demanda. Essa organização em categorias não apenas ordena o discurso, mas permite que as tensões teóricas sejam expostas com clareza, evitando simplificações na interpretação dos resultados.

A credibilidade da pesquisa também repousa na postura ética adotada durante todo o processo de revisão. O compromisso com a veracidade das fontes e a integridade da interpretação textual foram balizadores que impediram distorções de pensamento dos autores consultados. Cada conceito discutido, como o DUA ou as adaptações curriculares, foi mantido



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

em seu contexto original de produção, respeitando as especificidades de cada investigação acadêmica

Por fim, reconhece-se que a pesquisa bibliográfica possui limitações naturais, especialmente por não envolver a coleta direta em campo. Contudo, a profundidade alcançada pela revisão, somada ao recorte temporal recente e à escolha de referenciais de alta relevância, confere ao estudo um caráter propositivo. O objetivo não foi apenas diagnosticar o cenário, mas vislumbrar, a partir do diálogo entre as fontes, caminhos possíveis para que a mediação docente na Educação Infantil seja, de fato, o alicerce de uma inclusão educacional autêntica, humana e pautada na equidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus selecionado revela que, para além das diretrizes normativas, a inclusão na Educação Infantil é um embate travado no cotidiano, entre a resistência à norma homogênea e o compromisso ético com a diversidade. Como afirma Mantoan (2015), a inclusão não se limita à inserção; ela demanda uma reestruturação radical das práticas pedagógicas, onde o "ensinar para todos" deixa de ser um ideal para ser uma exigência diária.

No dia a dia das unidades, observa-se que a adaptação curricular ainda é, frequentemente, um esforço solitário do professor, que tenta "ajustar" o aluno a uma atividade que não foi pensada para ele. Os dados revelam que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) atua como uma bússola que inverte essa lógica: a adaptação não é o ato de consertar, mas o exercício de antecipar. Como sustentam Zerbato e Mendes (2023), ao planejar para a variabilidade humana desde a gênese da aula, o docente abandona o papel do "bombeiro" que apaga incêndios de aprendizagem e assume o lugar de arquiteto. Para o professor que atua na ponta, isso significa menos tempo gasto com atividades paralelas e excludentes, e mais tempo investido em práticas como as descritas por Martins et al. (2025), onde o uso de rodas de conversa e cantos temáticos possibilita que a diversidade de habilidades se converta em um motor para a colaboração mútua.

Um dos resultados mais contundentes desta pesquisa é a denúncia da solidão docente, que Guimarães e Sardagna (2024) identificam como uma fragilidade crítica na interlocução entre a sala comum e os profissionais do AEE. As vozes dos autores convergem para uma



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

realidade incontornável: o planejamento colaborativo é a única barreira real contra o esgotamento do docente. Conforme Reis e Coutinho (2025), quando essa articulação falha, o professor de sala comum sente-se desamparado e a criança desassistida. Portanto, para quem vive a rotina escolar, o apoio entre pares, mediado por uma intencionalidade ética, não é um luxo, mas uma necessidade estruturante para que a inclusão não se torne uma carga impossível de carregar sozinho.

A literatura aponta que as barreiras atitudinais, mencionadas por Mendonça, Mendonça e Baumer (2025), são, na verdade, sintomas de um sistema que ainda insiste em ver a criança como um dado estatístico. Contudo, ao analisar o uso de tecnologias assistivas e da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), Nunes (2010) e Reis et al. (2024) reforçam que o professor, ao oferecer esses recursos precocemente, devolve à criança o seu direito fundamental de expressão. O ato de adaptar o currículo, portanto, torna-se um exercício político de resistência. Ao integrar as artes, o brincar intencional e os suportes sensoriais, o educador não está apenas cumprindo uma obrigação legal, mas, como bem articula Rogers (1971), construindo a relação empática necessária para que a aprendizagem seja, de fato, significativa. É na trama do cotidiano que se tecem as redes de pertencimento, celebrando a diferença não como um empecilho, mas como o motor de uma escola que, ao ser plural, finalmente educará a humanidade na sua totalidade.

A análise do *corpus* selecionado permite afirmar que a Educação Infantil ocupa uma posição estratégica na consolidação de uma educação inclusiva, contudo, a transição entre o arcabouço teórico, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), e o cotidiano das unidades educacionais revela hiatos que demandam intervenções imediatas. Para conferir clareza sobre essa relação entre o que a literatura aponta, onde a prática ainda falha e quais caminhos se abrem para a inovação, o Quadro 2 sintetiza as principais evidências extraídas desta revisão.

Quadro 2 – Síntese da Literatura: Resultados, Lacunas e Oportunidades

Eixo Analítico	Resultados Encontrados	Lacunas Identificadas	Oportunidades (Perspectivas)
Planejamento	O DUA antecipa	Falta de formação	Institucionalizar o



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

Eixo Analítico	Resultados Encontrados	Lacunas Identificadas	Oportunidades (Perspectivas)
(DUA)	barreiras e reduz o isolamento do aluno.	prática e estruturada nas redes de ensino.	planejamento coletivo fundamentado em DUA.
Mediação Docente	A mediação é o motor da inclusão, mas exige formação contínua.	Fragmentação do trabalho entre sala comum e AEE.	Consolidar o coensino como prática normativa e não opcional.
Cultura Escolar	As barreiras atitudinais ainda são o maior obstáculo à inclusão.	Resistência à mudança em modelos de gestão homogêneos.	Projetos de sensibilização coletiva e engajamento da comunidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Ao sistematizar as produções analisadas neste quadro, torna-se evidente que a superação das dificuldades práticas não depende apenas de um maior aporte legal, mas de uma verdadeira reestruturação na arquitetura do trabalho docente. Conforme apontado por Zerbato e Mendes (2023), a eficácia de estratégias como o DUA está condicionada à superação da cultura da "turma homogênea", que ainda resiste em muitas instituições.

A análise das lacunas demonstra que a fragmentação do trabalho é um sintoma da falta de espaços de planejamento conjunto, um ponto reforçado por Guimarães e Sardagna (2024) ao apontarem que a fragilidade na interlocução entre professores de sala comum e especialistas do AEE condena o estudante à margem do processo pedagógico. Portanto, as "oportunidades" identificadas não são utopias, mas caminhos concretos: o co-ensino e a formação em serviço emergem não como demandas extras, mas como possibilidades para que a inclusão seja, enfim, uma prática sustentável e plena para todos os atores do processo educativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

Ao concluir este percurso investigativo, reafirma-se a premissa de que a efetivação da educação inclusiva na Educação Infantil transcende a dimensão legal, consolidando-se como um compromisso ético e político inegociável. A presente pesquisa demonstrou que a inclusão não é um destino estático, mas um exercício diário de desconstrução de barreiras e de reconstrução de ambientes que valorizem a diversidade como princípio formativo.

Os resultados evidenciaram que a superação da lógica excludente exige uma ruptura paradigmática onde o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) deixa de ser uma teoria abstrata para se tornar a ferramenta estratégica de antecipação curricular. Ao planejar a partir da variabilidade humana, o docente desloca a deficiência do centro do "problema" e assume sua posição de arquiteto de trajetórias de aprendizagem, transformando a adaptação curricular em um processo universal e, consequentemente, mais humano.

Nesse cenário, a mediação docente emerge como o elemento vital da equidade. Ficou evidente que o isolamento do professor de sala comum é um fator de risco para a inclusão, sendo a colaboração com o AEE e o planejamento conjunto os pilares indispensáveis para a sustentabilidade da prática inclusiva. A docência, ressignificada como uma prática investigativa e política, revela-se como o único caminho para que a Educação Infantil não seja apenas um espaço de ocupação, mas o terreno fértil onde a escola, finalmente, se reconhece como plural.

Esta investigação aponta que os desafios atitudinais e estruturais, embora persistentes, não são insuperáveis. A potência das estratégias pedagógicas discutidas, desde a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) até a intencionalidade do brincar, indica que, quando o educador é instrumentalizado, apoiado por uma gestão comprometida e fortalecido pelo trabalho em rede, a inclusão se materializa em experiências de pertencimento. Espera-se que este estudo contribua não apenas para o campo acadêmico, mas sirva de convite para que cada educador, em seu cotidiano, continue a tecer, com sensibilidade e rigor, as redes necessárias para uma sociedade genuinamente justa e equitativa.

Entretanto, este estudo não esgota as possibilidades nessa área; pelo contrário, ele abre frentes urgentes para os pesquisadores que virão. É preciso, agora, avançar para pesquisas que investiguem a efetividade do planejamento colaborativo no cotidiano de redes municipais específicas, saindo do campo da teoria para analisar as micro-políticas de trabalho que



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

sustentam (ou sabotam) a inclusão no dia a dia. Há um campo vasto para estudos longitudinais que acompanhem como o DUA, implementado desde a Educação Infantil, reflete na trajetória acadêmica e social destes sujeitos no Ensino Fundamental.

Além disso, convido os próximos investigadores a dedicarem atenção especial às tecnologias assistivas de baixo custo e alta eficácia, desmistificando a ideia de que a inclusão depende exclusivamente de grandes investimentos financeiros, quando, na verdade, ela depende da inteligência pedagógica aplicada ao cotidiano.

A resistência à mudança que identificamos não deve ser vista como um fim, mas como um convite à mobilização. Que este trabalho sirva de fomento para que as redes de ensino construam espaços de formação que não sejam apenas "palestras de fim de semestre", mas laboratórios de reflexão sobre a prática real.

6 REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.

BETTIO, C. D. B.; MIRANDA, A. C. A.; SCHMIDT, A. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil**. 1. ed. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2021.

GUIMARÃES, J. T. L.; SARDAGNA, H. V. **Acessibilidade curricular para a educação inclusiva: estratégias pedagógicas no Ensino Fundamental**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 22, p. 1-22, 2024.

JANNUZZI, G. de S. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2006.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 61-84, 2011.

LIMA, T. O.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **Aproximações entre o Desenho Universal para a Aprendizagem e a Análise do Comportamento: implicações para a Educação Inclusiva**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 41, n. 124, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2015.



FACULDADE ESPÍRITO SANTO

MARTINS, M. T. N. et al. **Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para atender a diversidade.** Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 5084-5102, 2025.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDONÇA, J. S.; MENDONÇA, R. S.; BAUMER, É. R. **Desafios e estratégias para a implementação da educação inclusiva no Brasil: revisão sistemática da literatura.** Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 9, n. 2, 2025.

MINETTO, M. F. **Educação inclusiva: a escola pública educando para todos.** Curitiba: IBPEX, 2008.

NUNES, L. R. O. P. **Favorecendo o desenvolvimento da fala na criança com autismo.** Rio de Janeiro: Dunya, 2010.

REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. G. **Educação Inclusiva no Brasil: formação docente, estratégias pedagógicas e desafios contemporâneos.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), v. 1, n. 1, 2025.

REIS, N. S. et al. **Neurodiversidade na escola: quebrando barreiras e construindo uma educação inclusiva para todos.** Aracê - Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 4, p. 16062-16075, 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. **O Desenho Universal para a Aprendizagem na formação de professores.** Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 29, 2023.